

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTO PÚBLICO E FISCALIZAÇÃO

REQUERIMENTO Nº DE 2021.
(Do Sr. Bira do Pindaré)

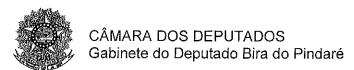
"Requer que seja enviado convite à Presidente do INCRA, Sr. Geraldo José da Camara, para, em audiência pública, discorrer sobre o orçamento do Instituto no Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2021 – PLN nº 28/2020"

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Exª, com base no art 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, em subsídio ao Regimento Comum e à Resolução nº 1/2006 (CN), que, ouvido o plenário, que seja enviado convite à Presidente do IBGE, Presidente do INCRA, Sr. Geraldo José da Camara Ferreira de Melo Filho, para, em audiência pública, discorrer sobre o orçamento do Instituto no Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2021 — PLN nº 28/2020, em relação a regularização fundiária com atenção especial para as terras quilombolas.

JUSTIFICATIVA

A presente solicitação, Senhor Presidente, visa debater a proposta de orçamento que prevê uma redução de quase 90% dos recursos para o reconhecimento de territórios quilombolas.



No projeto de Lei Orçamentária Anual de 2021, enviado pelo governo federal ao Congresso em 31 de agosto, a verba para o Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) foi praticamente reduzida a zero. As informações foram publicadas pelo jornal *Folha de S. Paulo* no dia 8 de setembro de 2020.

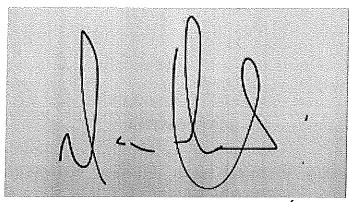
Em números absolutos, o orçamento do Incra em 2021 terá 1 crescimento de 4% em relação ao aprovado para 2020 —de R\$ 3,3 bilhões para R\$ 3,4 bilhões. Desse total, contudo, R\$ 2,1 bilhões (66%) serão destinados ao pagamento de precatórios, ou seja, dívidas com fazendeiros que conseguiram na Justiça aumentar o valor de indenização por terras desapropriadas por improdutividade.

Programas da reforma agrária, como ações de assistência técnica e extensão rural, promoção de educação no campo e regularização fundiária tiveram redução de mais de 99% de verba, ficando próximo de zero.

Já o corte nas ações de reconhecimento e indenização de territórios quilombolas, concessão de crédito às famílias assentadas e aquisição de terras ficou acima de 90%. Monitoramento de conflitos agrários e pacificação no campo teve redução de 82% e a consolidação de assentamentos rurais, 71%.

Diante do exposto peço apoio aos integrantes desta Comissão a aprovação deste Requerimento.

Sala da Comissão, 02 de março de 2021.



Deputado Federal BIRA DO PINDARÉ
PSB/MA